



## ANEXO

### 1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

#### 1.1 - Designação da entidade

IB – Agência para a Dinamização Económica, E. M.

#### 1.2 – Sede

Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves - Apartado 60  
4711 - 909 BRAGA


#### 1.3 – NIPC

504 807 706

#### 1.4 - Natureza da atividade e objeto social

Por escritura de 10 de dezembro de 1998 do notariado privativo da Câmara Municipal de Braga procedeu-se à transformação dos Serviços Municipalizados do Parque de Exposições de Braga, numa empresa pública municipal denominada PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – E.M. abrigo da Lei nº 58/98, de 18 de agosto,

Por deliberação da Assembleia Municipal de Braga de 28 de fevereiro de 2014 foi aprovada a alteração da denominação social da empresa PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – E.M. para IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M designada abreviadamente por InvestBraga. A InvestBraga é uma pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal, designada como empresa local, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio regendo-se atualmente pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, constante da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e integra-se no



setor público empresarial, cujos princípios e regras aplicáveis constam do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

A capacidade jurídica da InvestBraga abrange todos os direitos e obrigações necessárias ou convenientes à prossecução do seu objeto.

A InvestBraga tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, por delegação da Câmara Municipal de Braga, através da prossecução de atividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros.

Incluem-se no objeto da InvestBraga o desenvolvimento de atividades para a dinamização económica, promoção do empreendedorismo e a organização e realização de exposições e feiras, congressos e outros eventos de caráter socioeconómico, cultural, desportivo, recreativo e turístico.

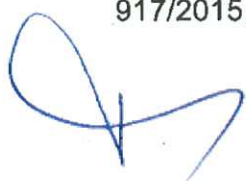
## **2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**


### **2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho de 2010, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho de 2015, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da InvestBraga.

Os instrumentos legais do SNC aplicados à preparação das demonstrações financeiras da InvestBraga são os seguintes:

- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, retificado pela Declaração de retificação n.º 917/2015, de 19 de outubro (Estrutura conceptual);

  
2

- 
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, retificada pela Declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro (Modelos de demonstrações financeiras);
  - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, retificada pela Declaração de retificação n.º 41-A/2015, de 21 de setembro (Código de contas);
  - Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, retificado pela Declaração de retificação n.º 918/2015, de 19 de outubro (Normas contabilísticas e de relato financeiro)
  - Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho (Normas interpretativas 1 e 2).

**2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

### **3 – ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – Divulgação transitória**


O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração das demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de janeiro de 2009, de forma a garantir a adequada expressão e apresentação para efeitos comparativos.

A Empresa Municipal não apresenta impactos nas suas demonstrações financeiras que necessitem de relato adicional referente à adoção pela primeira vez das NCRF.

A adoção das NCRF não teve qualquer impacto ao nível dos Fluxos de Caixa.

### **4 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:**

#### **4.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**



3



As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da InvestBraga de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

### **Ativos Intangíveis**

Os ativos intangíveis adquiridos pela empresa, que dizem respeito a Software encontram-se registados ao seu custo de aquisição deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

### **Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	Entre 8 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 5 e 10 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 8 anos
Outros activos fixos tangíveis	Entre 4 e 8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na

data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

### **Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis**

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade.

Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

### **Dívidas de terceiros**

As dívidas de terceiros são registadas ao custo amortizado e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a empresa teve em consideração informação de mercado que demonstre dos saldos vencidos e não recebidos.

### **Dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo amortizado.

### **Regime de acréscimo**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes

rendimentos e gastos são registados nas contas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

### **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa e depósitos à ordem existentes nos bancos.

### **Rédito**

O rédito relativo a prestações de serviços e decorrentes da atividade ordinária da empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

### **Subsídios de investimento**

Os subsídios de investimento não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados com as respetivas depreciações.

### **Imposto sobre o rendimento do período**

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88.º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variaram entre 5% e 10%.

Os impostos que não se encontrem pagos, relativos ao período corrente encontra-se reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço.





### **Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.


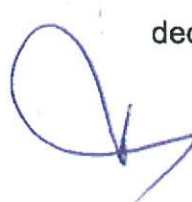
De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

## **4.2 - Outras políticas Contabilísticas Relevantes**

### **a) Fluxos de caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração de fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.



Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

É de referir ainda que todas as quantias estão disponíveis para uso.

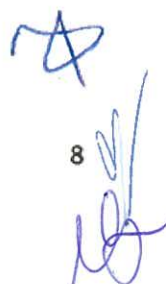
#### **4.3- Juízos de Valor do Órgão de Gestão**

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas significativamente refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018 incluem:

- Registo de provisões e perdas por imparidade
- Reconhecimento do crédito em obras em curso
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.



8





#### **4.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### **4.5 - Principais fontes de incerteza**

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.



9

## 5 – FUXOS DE CAIXA

### 5.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2018			31.12.2017		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	4 082,94		4 082,94	2 665,84		2 665,84
	Cheques e vales postais			0,00			0,00
	Subtotais	4 082,94	0,00	4 082,94	2 665,84	0,00	2 665,84
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	18 708,57		18 708,57	25 755,93		25 755,93
	Outros depósitos bancários			0,00			0,00
	...			0,00			0,00
	Subtotais	18 708,57	0,00	18 708,57	25 755,93	0,00	25 755,93
Outros equivalentes de caixa	...			0,00			0,00
	Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais		22 791,51	0,00	22 791,51	28 421,77	0,00	28 421,77

## 6 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

### 6.1 – Alteração em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior

Por aplicação da Faq 13 da Comissão de Normalização Contabilística aos subsídios de investimento a quantia escriturada dos ativos com que os subsídios se relacionam é igual à base fiscal desses ativos não existindo qualquer diferença temporária tributável e, por conseguinte, não há lugar ao reconhecimento de qualquer passivo por impostos diferidos



Não houve reversão de imposto diferido decorrente da aplicação da Faq 13 da Comissão de Normalização Contabilística aos subsídios de investimento.

## 7 – PARTES RELACIONADAS

### 7.1 – Relacionamentos com entidades do perímetro municipal

O Município de Braga é considerado parte relacionada dado ser detentor a 100% do Capital da empresa, tendo-se realizado as seguintes transações com as entidades que integram o perímetro municipal:

(valores expressos em euros)

Transacções com as partes relacionadas		Período 2018				Período 2017			
		Vendas	Prestações de serviços	For. Serv. Ext.	Cobertura de prejuízos	Vendas	Prestações de serviços	For. Serv. Ext.	Cobertura de prejuízos
Empresa-mãe	Município de Braga		429 894,68	865,37	232 451,33		233 552,10		333 967,90
Agere, E.M				14 059,05				15 045,11	
Teatro Circo, EM							3 598,56		
TUB, E. M.								439,06	
Totais			429 894,68	14 924,42	232 451,33		237 150,66	15 484,17	333 967,90

Nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto ( Regime Jurídico da atividade Empresarial Local e das Participações Locais), no caso do resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, neste caso do Município de Braga que é detentor da totalidade do capital social da empresa.

O Município de Braga procedeu à realização de uma transferência financeira no montante de 232 451,33€, destinada a cobrir aquele resultado líquido negativo.



## 8 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis adquiridos pela empresa, que dizem respeito a Software encontram-se registados ao seu custo de aquisição deduzido das amortizações, calculadas tendo em atenção uma vida útil de 3 anos a que corresponde a taxa de amortização de 33,33%.

Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano de 2018 e em 2017 são apresentados no seguinte quadro:

Activos intangíveis		Programas de computador	Totais
Em 01.01.2017	Quantias brutas escrituradas	7 408,68	7 408,68
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(6 937,44)	(6 937,44)
	Quantias líquidas escrituradas	471,24	471,24
Adições			
Revalorizações			
Transferências			
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda			
Alienações, sinistros e abates			
Outras alterações			
Amortizações		(137,68)	(137,68)
Perdas por imparidade			
Em 31.12.2017 (01.01.2018)	Quantias brutas escrituradas	7 408,68	7 408,68
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(7 075,12)	(7 075,12)
	Quantias líquidas escrituradas	333,56	333,56
Adições		258,79	258,79
Revalorizações			
Transferências			
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda			
Alienações, sinistros e abates			
Outras alterações			
Amortizações		(159,24)	(159,24)
Perdas por imparidade			
Em 31.12.2018	Quantias brutas escrituradas	7 667,47	7 667,47
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(7 234,36)	(7 234,36)
	Quantias líquidas escrituradas	433,11	433,11

## 9 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registrados ao custo conforme respectivas bases de mensuração já mencionadas na nota 3.

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa de afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



(valores expressos em euros)

Activos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios						
Quantias brutas escrituradas			143 099,60	1 254 222,08	51 867,77	190 231,47	7 114,71		1 646 555,63
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	Em 01/01/2017		(46 480,42)	(886 716,35)	(51 867,77)	(172 575,90)	(5 491,97)		(1 163 132,41)
Quantias líquidas escrituradas			96 619,18	367 505,73		17 655,57	1 622,74		483 403,22
Adições				349,24		439,00			788,24
Revalorizações									
Transferências									
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda									
Alienações, sinistros e abates									
Outras alterações									
Depreciações			(3 848,36)	(115 314,55)		(3 032,84)	(657,12)		(122 852,87)
Perdas por imparidade									
Quantias brutas escrituradas			143 099,60	1 254 571,32	51 867,77	190 670,47	7 114,71		1 647 323,87
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	Em 31/12/2017 (01/01/2018)		(50 328,78)	(1 002 030,90)	(51 867,77)	(175 608,74)	(6 149,09)		(1 285 985,28)
Quantias líquidas escrituradas			92 770,82	252 540,42		15 061,73	965,62		361 338,59
Adições				19 961,02		17 920,77			37 861,79
Revalorizações									
Transferências									
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda									
Alienações, sinistros e abates									
Outras alterações									
Depreciações			(3 848,38)	(115 710,52)		(3 893,95)	(643,75)		(124 096,60)
Perdas por imparidade									
Quantias brutas escrituradas			143 099,60	1 274 532,34	51 867,77	208 591,24	7 114,71		1 885 205,66
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	Em 31/12/2018		(54 177,16)	(1 117 741,42)	(51 867,77)	(179 502,69)	(6 792,84)		(1 410 081,88)
Quantias líquidas escrituradas			88 922,44	156 790,92		29 088,55	321,87		275 123,78



## 10 – IMPARIDADE DE ATIVOS

As perdas por imparidade/reversões, ocorridas nos anos de 2018 e 2017 são apresentadas no quadro seguinte:

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Período 2018	Período 2017	Varição
Perdas por imparidade (perdas/reversões)			
- Em dívidas a receber			
- Clientes de feiras exposições e outros eventos	131,77	4 797,38	(4 665,61)
- Clientes da feira semanal	(3 286,38)	2 064,69	(5 351,07)
- Clientes da StartUp Braga	269,06	438,19	(169,13)
Total das perdas imparidade dívidas a receber	(2 885,55)	7 300,26	(10 185,81)
- Em inventários			
- Matérias primas subs. e de consumo			0,00
Total das perdas imparidade em inventários	0,00	0,00	0,00
			0,00
Totais	(2 885,55)	7 300,26	(10 185,81)

## 11 – RÉDITOS

Os movimentos nas rubricas de rédito durante o ano de 2018 e em 2017 são apresentados no seguinte quadro:

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Período 2018	Período 2017	Varição
Prestações de serviços			
- Feiras, exposições, congressos e outros eventos	1 403 175,32	355 467,85	1 047 707,47
- Feira semanal	107 553,52	169 995,84	(62 442,32)
- Aluguer de instalações		273 561,71	
- Desenv. Económ e Atração de Investimento			0,00
- StartUp Braga	71 863,96	56 135,64	15 728,32
<i>Total das vendas e prestações de serviços</i>	<i>1 582 592,80</i>	<i>855 161,04</i>	<i>1 000 993,47</i>
Juros de mora	3 244,80	2 950,66	294,14
Totais	1 585 837,60	858 111,70	1 001 287,61

Em 2018 por alteração do Plano de Contas da Contabilidade Analítica, os alugueres de instalações estão compreendidos na rubrica Feiras, exposições, congressos e outros eventos.

## 12 – SUBSÍDIOS

### 12.1 – Políticas contabilísticas adotadas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os contratos programa são realizados, independentemente da data do seu recebimento.



Os subsídios de investimento não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados com as respetivas depreciações.

O subsídio de investimento para o "Arranjo Urbanístico do Parque de Exposições de Braga, atribuído pelo QREN - Programa Operacional Regional Norte conforme contrato de financiamento celebrado em 9 de julho de 2010, no montante de 791 106,99 euros foi reforçado no ano de 2012 em 49 444,19 euros por alteração da taxa máxima de cofinanciamento de 80% para 85%, passando o subsídio do QREN - Operação N.º Norte - 08 - 0469 - FEDER - 000019 para o montante de 840 551,18 euros. Face a esta alteração a parte do subsídio de investimento para o "Arranjo Urbanístico do Parque de Exposições de Braga, atribuído pelo Município de Braga conforme contrato programa celebrado entre o Parque de Exposições de Braga e o Município de Braga, foi reduzida em 49 444,19 euros passando o subsídio de investimento do Município de Braga para 397 586,72 euros.

O valor da redução subsídio de investimento para o "Arranjo Urbanístico do Parque de Exposições de Braga, atribuído pelo Município de Braga foi diferido durante o período restante do empréstimo contraído para a realização do investimento sendo 1/3 daquele valor considerado como subsídio à exploração nos anos de 2012, 2013 e 2014. Face aquela redução o valor remanescente do contrato programa celebrado com o Município de Braga diferido durante o período do empréstimo que estava a ser considerado como subsídio à exploração no montante anual de 119 333,82 euros, passou a partir de 2012 para o valor de 135 815,21 euros.

Do subsídio de investimento para o "Arranjo Urbanístico do Parque de Exposições de Braga, atribuído pelo QREN - Programa Operacional Regional Norte foi reconhecido como rendimento de 2018 o montante de 77 785,50 euros relativo à parte daquele subsídio relacionada com as respetivas depreciações dos equipamentos, sendo efetuada reversão do ajustamento em subsídios no valor de 17 501,74 euros.

Do subsídio de investimento para o "Arranjo Urbanístico do Parque de Exposições de Braga, atribuído pelo Município de Braga conforme respetivo contrato programa, foi reconhecido como rendimento de 2018 o montante de 36 793,07 euros relativo à parte



daquele subsídio relacionada com as respetivas depreciações dos equipamentos, sendo efetuada reversão do ajustamento em subsídios no valor de 8 278,44 euros.

#### **12.2 – Natureza e extensão dos subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras e respetivos ajustamentos**

Os subsídios de investimento e à exploração bem como os ajustamentos em subsídios de investimento são apresentados no seguinte quadro:



	Período 2018				Período 2017			
	Demonstração dos resultados		Balanco		Demonstração dos resultados		Balanco	
	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas a reconhecer (Diferimentos)	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas a reconhecer (Diferimentos)
Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço								
Município de Braga - Contrato Programa - Subsídio		36 793,07	65 323,51			36 793,09	102 116,58	
Município de Braga - Contrato Programa - Ajustamento em subsídios			(14 697,79)				(22 976,23)	
Subtotais		36 793,07	50 625,72			36 793,09	79 140,35	
OREN - ON2 - Subsídio		77 785,50	138 102,58			77 785,46	215 888,08	
OREN - ON2 - Ajustamento em subsídios			(31 073,08)				(48 574,82)	
Subtotais		77 785,50	107 029,50			77 785,46	167 313,26	
Total subsídios relacionados com activos		114 578,57	157 655,22			114 578,55	246 453,61	
Município de Braga - Contrato Programa	339 334,00				311 250,00			
IEP - Estágios/Estímulo Emprego					3 772,30			
Norte 2020 - SIAC	161 783,76				175 489,11			
...								
Total dos subsídios à exploração	501 117,76				490 511,41			
...								
Reembolsáveis								
Subtotais								
Totais	501 117,76	114 578,57	157 655,22		490 511,41	114 578,55	246 453,61	

Não reembolsáveis

Reembolsáveis

## **13 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**

### **13.1 - Autorização para emissão**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de administração no dia 15 de março de 2019. No entanto a Assembleia Geral poderá em reunião não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

### **13.2 - Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço**

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

## **14 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO**

Não houve reversão de imposto diferido decorrente da aplicação da Faq 13 da Comissão de Normalização Contabilística aos subsídios de investimento.

Foi calculado IRC à taxa normal no montante de 3 317,67 euros, não havendo deduções a efetuar pelo que aquele montante corresponde ao IRC liquidado.

Foi calculada derrama no montante de 789,92 euros.

Conforme situações previstas no art.º 88.º do CIRC, houve lugar a tributação autónoma no montante de 849,71 euros decorrente de despesas de representação, despesas de viaturas ligeiras de passageiros, deslocações e ajudas de custo e com deslocação em viatura própria.



Não foram efetuados pagamentos por conta pelo que se apurou um total a pagar de 4 957,30 euros.

## 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 15.1 – Bases de mensuração

Os instrumentos financeiros são mensurados ao custo, menos as perdas por imparidade acumuladas.

### 15.2 – Clientes/fornecedores/outras contas a receber e a pagar

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as rubricas clientes/fornecedores/outras contas a receber e a pagar apresentavam a seguinte decomposição:

#### Ativos e passivos não correntes:

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Activos/passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos/passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Ativos						
Outros ativos financeiros	2 977,51		2 977,51	3 526,71		3 526,71
Total	2 977,51	0,00	2 977,51	3 526,71	0,00	3 526,71

(Valores expressos em euros)

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Activos/passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos/passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
<b>Passivos</b>						
Outras dívidas a pagar						
Outras dívidas a pagar	45 870,63		45 870,63	77 775,67		77 775,67
<b>Total</b>	45 870,63	0,00	45 870,63	77 775,67	0,00	77 775,67

Em 31/12/2018 compreende ajustamentos em subsídios no montante de 45 770,87 euros relativos ao Arranjo Urbanístico do PEB e uma caução do tesoureiro de 99,76 euros.

Em 31/12/2017 compreende uma dívida à ADSE no montante de 6 124,86 euros decorrente da extinção da Editora Correio do Minho-SM e ajustamentos em subsídios no montante de 71 551,05 euros relativos ao Arranjo Urbanístico do PEB e uma caução do tesoureiro de 99,76 euros.

Relativamente à dívida à ADSE decorrente da extinção da Editora Correio do Minho-SM existia uma divergência de saldos no montante de 42 455,43 euros, pois em 12/11/2015 a ADSE transferiu para a n/ conta o montante de 71 863,82 euros que foi contestado pela n/ empresa, uma vez que os documentos transferidos pela Editora Correio do Minho-SM totalizavam o montante de 29 408,39 euros. Em 11/11/2016 recebemos ofício da ADSE em que aquela entidade insistia no reconhecimento do montante de 71 863,82 euros. Em 18/1/2017 emitimos novo ofício informando que não reconhecíamos aquele montante uma vez que as obrigações apuradas pelo balanço da extinção da Editora Correio do Minho-SM se referiam ao montante de 29 408,39 euros.

Em 17/07/2017 recebemos da Autoridade Tributária através da caixa postal eletrónica, notificação de processo de execução fiscal relativo a dívida à ADSE que incluía o montante de 42 455,43 euros correspondente à divergência de saldos.

Em 21/09/2017 foi celebrado com a ADSE um acordo de pagamento de dívida que incluiu o montante de 42 455,43 euros que foi assumido pela InvestBraga.



## Ativos e passivos correntes:

(Valores expressos em euros)

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
<b>Ativos</b>						
Clientes	769 448,71	193 522,89	575 925,82	375 376,05	197 959,02	177 417,03
Outros créditos a receber	175 741,02		175 741,02	444 263,02		444 263,02
<b>Total</b>	<b>945 189,73</b>	<b>193 522,89</b>	<b>751 666,84</b>	<b>819 639,07</b>	<b>197 959,02</b>	<b>621 680,09</b>

Em 31/12/2018 a rubrica de Outros créditos a receber compreende o montante de 4 820,88 euros relativo devedores por acréscimo de rendimentos de 2018 relativos a feiras, Exposições e outros eventos e 170 220,14 euros relativos a apoios do Norte 2020 – Sistema de Apoio a Ações Coletivas.

Em 31/12/2017 a rubrica de Outros créditos a receber compreende o montante de 40 062,88 euros relativo devedores por acréscimo de rendimentos de 2017 relativos a apoios do Norte 2020 – Sistema de Apoio a Ações Coletivas, 745,73 euros de débito do IEPF relativo a apoios Estágio Emprego, 69 486,51 euros de débito do Norte 2020 - Agência para o Desenvolvimento e Coesão e 333 967,90 euros do Município de Braga relativo à cobertura de prejuízos de 2013.

(Valores expressos em euros)

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Activos/passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos/passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	253 274,24		253 274,24	429 539,01		429 539,01
Financiamentos obtidos	75 000,00		75 000,00	130 000,00		130 000,00
Outras dívidas a pagar	149 016,85		149 016,85	114 235,97		114 235,97
<b>Total</b>	<b>477 291,09</b>	<b>0,00</b>	<b>477 291,09</b>	<b>673 774,98</b>	<b>0,00</b>	<b>673 774,98</b>

Em 31/12/2018 a rubrica de Outras dívidas a pagar compreende o montante de 788,24 euros relativo a saldos credores de clientes, 11 311,08 euros de fornecedores de investimentos, 91 861,25 euros de remunerações a liquidar relativas a férias e subsídio de férias vencidas em 31/12/2018 a pagar em 2019, 23 775,81 euros de recebimentos por conta de promotores de eventos a realizar no Altice Forum Braga, 309,96 euros a pagar a prestador de serviços, retenções de descontos de dezembro para sindicatos, descontos judiciais, fundo social e AFUM e no montante de 62,68 euros, 41,82 euros, 8,70 euros e 0,80 euros respetivamente e 20 856,51 euros de outros credores por acréscimo de gastos.

Em 31/12/2017 a rubrica de Outras dívidas a pagar compreende o montante de 555,53 euros relativo a saldos credores de clientes, 539,97 euros de fornecedores de investimentos, 94 082,00 euros de remunerações a liquidar relativas a férias e subsídio de férias vencidas em 31/12/2017 a pagar em 2018, 35,59 euros de trabalho extraordinário, descanso semanal, complementar e feriados realizado em 2017 a pagar em 2018, retenções de descontos de dezembro para sindicato e fundo social no montante de 67,93 e 11,16 respetivamente e 18 943,79 euros de outros credores por acréscimo de gastos.

### 15.3 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava o seguinte detalhe:

(Valores expressos em euros)

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Estado e outros entes públicos (Ativo)</b>						
Imposto sobre o rendimento				2 857,06		2 857,06
Imposto sobre o valor acrescentado				23 443,68		23 443,68
<b>Total</b>	0,00	0,00	0,00	26 300,74	0,00	26 300,74



(Valores expressos em euros)

Descrição	31/12/2018			31/12/2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Estado e outros entes públicos (Passivo)</b>						
Imposto sobre o rendimento	4 957,30		4 957,30			0,00
Retenção de impostos sobre o rendimento	9 421,25		9 421,25	8 508,85		8 508,85
Imposto sobre o valor acrescentado	56 285,48		56 285,48			0,00
Contribuições para a segurança social	15 144,45		15 144,45	15 506,82		15 506,82
Outras	156,53		156,53	171,39		171,39
<b>Total</b>	<b>85 965,01</b>	<b>0,00</b>	<b>85 965,01</b>	<b>24 187,06</b>	<b>0,00</b>	<b>24 187,06</b>

#### 15.4 – Capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de "Capital Próprio" apresentavam o seguinte detalhe:

Rubricas	Período 2018	Período 2017	Variação
<b>Capital Próprio</b>			
- Capital subscrito	175 000,00	175 000,00	0,00
- Prémios de emissão	219 127,47	219 127,47	0,00
- Resultados transitados	(164 092,86)	(160 117,92)	(3 974,94)
- Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	157 655,22	246 453,61	(88 798,39)
- Resultado líquido	16 193,68	(236 426,27)	252 619,95
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>403 883,51</b>	<b>244 036,89</b>	<b>159 846,62</b>

Conforme referido na nota 7, O Município de Braga procedeu à realização de uma transferência financeira no montante de 232 451,33€, destinada a cobrir o resultado líquido negativo antes de impostos.

## 16 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

(Valores expressos em euros)

Gastos com pessoal	Período 2018	Período 2017	Variação
Remunerações dos membros dos Órgão Sociais	48 231,39	52 303,96	(4 072,57)
Encargos s/ remunerações dos membros dos Órgão Sociais	11 190,96	12 179,41	(988,45)
Outros gastos Órgãos Sociais	479,64	4 889,16	(4 409,52)
Remunerações do pessoal	595 637,56	526 068,16	69 569,40
Encargos s/ remunerações do pessoal	133 203,28	119 118,99	14 084,29
Comparticipações de encargos com a saúde	6 650,97	8 796,20	(2 145,23)
Pensões	23 486,02	22 149,53	1 336,49
Outros gastos pessoal	6 955,24	9 038,48	(2 083,24)
<b>Total</b>	<b>825 835,06</b>	<b>754 543,89</b>	<b>71 291,17</b>

A rubrica “outros gastos” inclui gastos com formação, despesas de alimentação, deslocação em viatura própria, compensação pela não renovação do contrato de trabalho e seguro de acidentes de trabalho.

## 17 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

### 17.1 – Honorários totais faturados durante o exercício financeiro pela sociedade de revisores oficiais de contas

Pela revisão legal das contas anuais, em cada um dos exercícios financeiros de 2018 e 2017, a sociedade de revisores oficiais de contas G. Castro, R. Silva, A.Dias & F. Amorim - SROC, Lda. faturou de honorários totais o montante de 5 387,04 euros.

Pela validação dos pedidos de reembolso de despesas dos projetos SIAC, internacionalizar o Cávado, Qualificar o Cávado e Empreendedorismo no Cávado, a sociedade de revisores oficiais de contas G. Castro, R. Silva, A.Dias & F. Amorim - SROC, Lda. faturou de honorários totais o montante de 4 000,00 euros.



## 17.2 – Outras divulgações exigidas por diplomas legais

“A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2018, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2018.”

## 18 – OUTRAS INFORMAÇÕES

### 18.1 – Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” apresentava o seguinte detalhe:

(Valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos	Período 2018	Período 2017	Varição
Serviços especializados	729 984,46	420 786,89	309 197,57
Materiais	49 645,80	34 126,88	15 518,92
Energia e fluidos	15 273,90	67 635,72	(52 361,82)
Deslocações, estadas e transportes	12 208,88	11 779,27	429,61
Serviços diversos	380 666,73	208 095,85	172 570,88
<b>Total</b>	<b>1 187 779,77</b>	<b>742 424,61</b>	<b>445 355,16</b>

## 18.2 – Outros gastos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Outros gastos” apresentava o seguinte detalhe:

*(Valores expressos em euros)*

Outros gastos	Período 2018	Período 2017	Varição
Impostos	1 287,63	347,28	940,35
Outros	47 366,48	73 593,72	(26 227,24)
<b>Total</b>	<b>48 654,11</b>	<b>73 941,00</b>	<b>(25 286,89)</b>

A rubrica Outros relativa a 2017 inclui o montante de 42 455,43 euros relativo à dívida assumida com a ADSE conforme acordo de pagamento de dívida de 21/09/2017, e contabilizado como correções relativas a períodos de tributação anteriores.

## 18.3 – Outros rendimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Outros rendimentos” apresentava o seguinte detalhe:

*(Valores expressos em euros)*

Rubricas	Período 2018	Período 2017	Varição
Outros rendimentos			
- Descontos de pronto pagamento obtidos		2,50	(2,50)
- Outros			
- Correções relativas a períodos anteriores	2 941,23	5 499,24	(2 558,01)
- Imputação de subsídios para investimento	114 578,57	114 578,55	0,02
- Outros	673,54	293,55	379,99
- Juros - juros de mora	3 244,80	2 950,66	294,14
<b>Totais</b>	<b>121 438,14</b>	<b>123 324,50</b>	<b>(1 886,36)</b>



#### 18.4 – Juros e gastos similares suportados

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Juros e gastos similares suportados” apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	(Valores expressos em euros)		
	Período 2018	Período 2017	Variação
Gastos e perdas de financiamento			
- Juros de Contas correntes caucionadas no Banco Popular/Santander e CGD	358,49	247,97	110,52
Totais	358,49	247,97	110,52

#### 18.5 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Diferimentos” apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	(Valores expressos em euros)		
	Período 2018	Período 2017	Variação
Diferimentos (Ativo)			
- Gastos a reconhecer			
- Outros gastos a reconhecer	2 302,75		2 302,75
Totais	2 302,75	0,00	2 302,75

Rubricas	(Valores expressos em euros)		
	Período 2018	Período 2017	Variação
Diferimentos (Passivo)			
- Rendimentos a reconhecer			
- IEFEP - Medidas Estágio/Estímulo Emprego			0,00
- Outros rendimentos a reconhecer	42 285,26	21 826,82	20 458,44
Totais	42 285,26	21 826,82	20 458,44

### 18.6 – Proposta de aplicação de resultados

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, propõe-se que os resultados apurados no período no montante de 16 193,68 euros, sejam transferidos para a conta de resultados transitados.

O Contabilista Certificado

*João Luís Ribeiro de Faria*

O Conselho de Administração

*[Assinatura]*  
*Carlos Duarte de Almeida*  
*[Assinatura]*